

Sumário

Prefácio | **9**

Introdução | **21**

Parte I – Explorar

Capítulo 1

Duas faces da mesma moeda: a recriação do preconceito racial e do preconceito nacional na Primeira República | **33**

Capítulo 2

O pandulho cheio: os portugueses e a exploração econômica | **59**

2.1. A guerra aos portugueses no Rio de Janeiro dos anos de 1890 | **102**

2.2. Havemos de correr à faca os portugueses: a problemática antilusitana no limiar dos anos 1920 | **125**

Caderno de imagens: *O Jacobino* | **139**

Capítulo 3

De quem é a “Terra da Promissão”?

Velhas e novas inimizades no espaço político | **149**

3.1. “Cabras” e “pés de chumbo”: a volta dos rolos do tempo nos anos de 1890 | **170**

3.2. Antes sem pão do que sem pátria: o antiportuguesismo nos anos da década de 1920 | **185**

Parte II – Trabalhar

Capítulo 1

Ideologia do trabalho e experiências compartilhadas | **205**

1.1 Algumas imagens do imigrante português e a ideologia do trabalho | **206**

1.2. Vivências dos portugueses no mercado de trabalho | **217**

Capítulo 2

O antilusitanismo no cotidiano dos trabalhadores cariocas | **228**

Conclusão | **243**

Fontes e bibliografia | **247**

Prefácio

Era uma vez uma história que virou um tema: os portugueses e o antilusitanismo como objetos de pesquisa

Até mudar para Copacabana, com 12 anos, em 1970, vivi em um dos Pequeno Portugal,¹ no bairro de Marechal Hermes, cidade do Rio de Janeiro. Embora criada no seio de uma família portuguesa, nunca havia me dado conta de que essa origem me conferia uma certa identidade familiar, de costumes, e marcaria a forma pela qual me situaria na vida.

Desconfiança e preconceito pousavam apenas sobre os ombros de Paulo, filho do Sr. Eduardo, um português dono de uma mercearia que vendia grãos e legumes a quilo, pesados em balança da qual se dizia que os pratos não eram jamais aferidos e os pesos tinham a ajuda de um dedinho que resvalava junto com a mercadoria a ser pesada.² Paulo foi meu colega de turma no primário, na mesma escola onde minha mãe era professora. Como ajudava o pai no mercadinho, acordava muito cedo: era caixeiro de balcão. Não tinha tempo para ser criança. A discriminação que vivia em sala de aula só foi superada, aos olhos da criançada, quando foi o único que acertou pesar um quilo de ferro o mesmo que um de algodão.

A paixão pela História veio das aulas de Paulo Marquês Barbosa, professor da disciplina nos primeiro e segundo anos ginasiais no Colégio Metropolitano, mas a opção pela carreira só foi feita quando cursava o segundo ano do segundo grau no Colégio Teresiano. A graduação (bacharelado e licenciatura), cursada no IFCS da UFRJ entre 1976 e 1979, trouxe novos horizontes políticos. Foram anos de medo e de muita emoção para quem chegava à vida adulta cursando História.

Depois de formada, com nenhuma experiência de pesquisa sistemática ou de problematização de assuntos novos no campo historiográfico, recorri a Maria Yedda Leite Linhares, que havia sido patrona da minha turma. Queria aprender a pesquisar e via essa possibilidade em um projeto

1 Pequeno Portugal era a denominação dada a bairros que tinham grande contingente de população portuguesa na Primeira República, período de forte imigração lusitana para a cidade.

2 Paulo e Eduardo são nomes fictícios para pessoas que existiram de fato. Não usei os nomes reais por não ter permissão para tal.

de História da Agricultura, que ela coordenava e era financiado pelo Ministério da Agricultura, com sede que ficava no Horto (Jardim Botânico).

Essa experiência durou poucos meses. Maria Yedda, que havia recentemente ingressado na pós-graduação em História da UFF, sugeriu que fizesse a seleção para o mestrado do departamento de História da UFF. Assim, esse contato com Maria Yedda foi prolongado no curso “História da Agricultura” e foi fundamental para que eu escolhesse definitivamente o tema da minha dissertação. Ela era uma verdadeira mestre-escola. As suas aulas eram um delírio. Em um diálogo travado em sala de aula, desafiou-me ao dizer ser um bom “ponto de partida para uma pesquisa uma questão inventada por si mesmo e colocada pelo presente”, tal qual um trecho de Ariés que fazia muito sucesso entre os postulantes ao mestrado.

A sociedade da metade do século XX, com os problemas que se colocam diante de nós, como a atitude diante da vida, a atitude diante da morte, os contraceptivos etc., é para mim fonte histórica. Não posso fazer abstrações das observações que faço quando saio na rua. A vida de todos os dias é apaixonante e, quanto mais ela for cotidiana, mais ela é apaixonante. Talvez seja essa, para mim, a maneira de entrar na História. Não digo que seja o fundamental. O fundamental é mais, como já disse, o desejo de encontrar um mistério central, mas nunca estamos diante do mistério central, estamos no meio da rua. Então eu caminho por um mundo que é um mundo de curiosidade, excitando constantemente minha curiosidade, algumas vezes maravilhando-me: por que tal coisa? E é isso que me faz pular para o passado: eu penso que nunca segui um comportamento histórico que não tivesse como ponto de partida uma questão colocada pelo presente.³

Então, estar diante de um mistério central, no meio da rua, cercada de curiosidades em um mundo que maravilha e surpreende, foram janelas e portas para pensar algo diferente e estimulante, para refletir sobre uma questão histórica que tivesse relação com a minha vida, que transformasse em definitivo o ofício eleito em paixão e a pesquisa em prazer. Devo, então, a Maria Yedda a sugestão de estudar os portugueses na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, eu era descendente desses imigrantes!

3 Philippe Ariés. Trecho de uma entrevista concedida ao *Nouvel Observateur*, publicada no Brasil em *Ensaio de Opinião* n. 2, citada na contracapa de Ariés, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

Contudo, como fazer da ascendência um problema histórico? Passei a observar como os outros autores se referiam à gente lusitana, o que pesquisaram e a que conclusões chegaram. Maria Yedda também batia na mesma tecla: a História era de homens e mulheres em contextos reais. Encorajava-me a não ter medo de estudar o que a nossa própria vida apontava, o presente que nos afligia etc. Aprendi que neutralidade e objetividade são atitudes bem distintas.

A partir dessas premissas, as minhas fontes de inspiração foram Sheldon Maram e Boris Fausto, leituras feitas nas aulas de Eulália Lobo. Sheldon Maram⁴ listava entre as suas fontes os processos de expulsão de estrangeiros existentes no Arquivo Nacional. Boris Fausto⁵ comentava que os portugueses, em Santos, eram a vanguarda do movimento operário, enquanto no Rio de Janeiro eram pacatos trabalhadores. O antilusitanismo foi se desenhando como tema no diálogo com a bibliografia e com as suas lacunas: por que os portugueses eram operários ativistas no porto de Santos e “fura-greves” no Rio de Janeiro?

O que era uma pergunta simples tornou-se uma hipótese de pesquisa complexa. Comecei lendo os processos de expulsão de estrangeiros existentes no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Eles abriram-me os olhos para o duro cotidiano da imigração. Entretanto, achei-os muito sumários e pensei ser difícil tirar dali informações que sustentassem uma dissertação, do jeito que se nos exigia no mestrado da UFF. A essa altura, havia cursado uma cadeira com Robert Wayne Slenes (“Bob”) e frequentava outra, voltada para história regional. A sua influência e as leituras de E. P. Thompson⁶ deram um norte importante à minha forma de ver a história, tanto naquele momento como nos anos seguintes. Creio que até

4 Maram, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

5 Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

6 Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa* (1. ed. 1963), 3 v.; Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa* (10. ed. 1963), 3 v.; Idem. “The moral economy of the English crowd in the eighteenth century”. In: *Past and Present*, n. 50, fevereiro de 1971; Idem, “Patrician society, plebeian culture”. In: *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, 1974; Thompson, E. P. et al. *Albion’s Fatal Tree. Crime and Society in Eighteenth-century England*. London: Allen Lane, 1975; Thompson, E. P. *Whigs and Hunters. The Origin of the Black Act*. London: Allen Lane, 1975; Idem. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981; Idem. *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial*. Barcelona: Crítica, 1984.

hoje tenho o meu olhar de historiadora treinado naquelas aulas, que davam ênfase aos *de baixo* como perspectiva histórica.

Sob orientação do “Bob”, procurei os processos dos 2º e 4º Cartórios do Tribunal do Júri, existentes no Arquivo Nacional, em uma *Relação de Recolhimento*. Porém, procurar as aventuras e desventuras dos lusitanos nos processos criminais não se mostrou tarefa trivial. Além disso, essa *Relação* apresentava os réus por índice onomástico, tal como as fichas de identificação de outros processos existentes em arquivos de metal e que guardavam as cotas dos processos do Judiciário, sem qualquer identificação prévia ou muito menos instrumento de consulta. Afinal, quem era português em um oceano de Marias, Manoéis e Antônios? Quase desisti.

As conversas com Maria Yedda foram inspiradoras para que eu procurasse processos em outros lugares. Devo a ela ter achado o Arquivo do 1º Cartório do Primeiro Tribunal do Júri, na rua D. Manoel nº 29, Centro do Rio de Janeiro. Ela me encorajava e dizia que não devia pensar que todas as fontes de pesquisa de História do Brasil estavam disponíveis e no Arquivo Nacional. Falava-me da sua própria experiência em buscar novos acervos por este Brasil afora.⁷ Perguntava-me onde estariam os documentos do 1º e do 3º Cartórios do Tribunal do Júri? Lembrava sua experiência no Norte Fluminense, ao visitar cartórios nunca explorados por historiadores e ao encontrar ali documentos preciosos. Além disso, especulava que, se existissem esses cartórios, essa documentação podia ter outra arrumação que não fosse por nomes: arquivos inéditos não eram arrumados da mesma forma.

Na ocasião, achava os seus conselhos pretensiosos para mim. Acreditava que seria pouco provável que uma iniciante descobrisse novos documentos e um acervo nunca antes explorado por outro historiador. Todavia, não dava para não ficar entusiasmada com as conversas com Maria Yedda, e resolvi tentar. Foi assim que encontrei o arquivo do Primeiro Tribunal do Júri, por ajuda da mãe de uma amiga, promotora de Justiça. Por seu intermédio obtive a permissão de ali pesquisar. Entretanto, um novo problema apareceu: se por um lado os autos estavam classificados por data e por nome, o material do cartório era muito volumoso. Como fazer uma amostragem?

7 Parte desse relato sobre o mestrado e suas conclusões pode ser encontrada no artigo publicado no livro que homenageou os 80 anos de Maria Yedda Leite Linhares. Ver: Ribeiro, Gladys Sabina. “Galegos e cabras, um dos rolos do tempo na República Velha”. In: Mattos, Hebe; Fragoso, João Luís Ribeiro; Teixeira, Francisco Carlos (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

O que para mim era uma dificuldade quase intransponível, para Maria Yedda era uma questão de trabalho. A sua certeza me tranquilizava e me ajudava a superar o medo de tudo dar errado e de que as fontes não servissem para o que pretendia estudar. Recomendou-me fazer um corte temporal circunscrito, para procurar os portugueses nos maços, e fazer breves resumos dos conteúdos dos processos em fichas. A ideia era, depois de feita uma listagem, selecionar uma amostragem, por meio da escolha de artigos dos Códigos Penal e de Processo Penal, com a finalidade de estudar determinados tipos de crimes que envolvessem portugueses como réus ou vítimas.

Mas o curso de História da Agricultura que Maria Yedda ministrara havia terminado. Passei quatro meses inventariando o material e fiz uma amostragem com as peças penais classificadas no Código Penal de 1890 sob os artigos 294 e 295 – capítulo sobre homicídio – e sob o artigo 304 – das lesões corporais. A essa altura, Robert Slenes (Bob) já havia se tornado meu orientador e sugerido que escolhesse esses artigos por serem crimes que iam a júri e geravam processos densos. Além disso, recomendou que selecionasse os provenientes de brigas, rixas e conflitos que houvessem ocorrido nos espaços destinados ao trabalho ou que implicassem essa problemática; crimes atinentes à nacionalidade ou posse da terra; crimes causados por preconceito (antilusitanismo expresso ou preconceito racial contra o negro); crimes por meio dos quais pudéssemos perceber a manifestação da solidariedade existente na comunidade lusitana; crimes relacionados às dívidas de dinheiro ou a empréstimos; e, por último, aqueles ocorridos em bares, botequins, casas de pasto e restaurantes, bem como nos espaços destinados à moradia.

Dentro desses mesmos critérios, discutidos com Robert Slenes, e a partir de mais de mil casos selecionados, li circunstancialmente alguns processos do Arquivo Nacional. Desejava fazer uma comparação entre os autos do 1º Cartório, encontrados no Primeiro Tribunal do Júri, e os do 2º e do 4º Cartórios, que existem no Arquivo Nacional e cujo acesso era por meio da Relação de Recolhimento.

Foram 161 processos criminais pesquisados. Somente alguns desses crimes iam a julgamento no Tribunal do Júri. Nessa leitura e na anotação dos processos, os debates ao redor da obra *Albion's Fatal Tree: Crime and Society in Eighteenth-century England* foram fundamentais.⁸

8 Thompson, E. P. et al., op. cit.

Os autos eram de fato volumosos. Em geral, a sua folha de rosto narra-va o acontecido pelas palavras do promotor, que enquadrava o réu nos artigos do código. A primeira parte do processo era formada na delegacia, onde eram ouvidos os depoimentos das testemunhas, do(s) réu(s) e do(s) ofendi-do(s), quando isso era possível. Às vezes, essa parte era seguida pelo relató-rio do delegado de polícia, assim como dos exames de corpo de delito e/ou de necropsia. Os segundos depoimentos eram tomados na pretoria. Com o juiz presente, muitas declarações eram modificadas com relação ao que já se havia anteriormente falado na delegacia. Por esse motivo, os depoimentos das testemunhas, em geral, são bastante contraditórios. Alguns processos continham também uma justificação a favor do réu. Nessa parte, os depoi-mentos das testemunhas procuravam relativizar a culpa dos acusados. Logo após vinham a pronúncia, feita pelo juiz, e os discursos do promotor e do ad-vogado de defesa. Há casos em que eram anexados documentos, tais como atestados de bons antecedentes ou cartas acusatórias, notas, fotografias, ins-trumentos presentes na cena do crime etc. Vez por outra os autos continham uma ficha do Gabinete de Identificação e Estatística. O julgamento se dava de acordo com a resposta aos quesitos propostos pelo juiz e a sentença era pronunciada a seguir. Quando havia recurso, a apelação era feita à chamada Corte de Apelação. Nesse órgão se decidia, ou não, por novo julgamento.

Aprendi, então, a usar os processos criminais sob a inspiração de E. P. Thompson, para recuperar um universo social mais extenso. Ao ana-lisar os atores, não os entendia como reflexo da fala *pura* dos depoentes. Considerava sempre a mediação dos delegados, juízes e escrivães, que não raro modificavam a linguagem ou criavam versões. E foram vários os pro-cessos anotados nos quais os advogados denunciaram essa prática.

Essa perspectiva esteve presente na análise dos processos discursos, compreendidos como *filtrados* e não como o que de positivo acontecera, ou como *a verdade*. O *verossímil*, naquela sociedade, era o que interessava. O crime nos deu acesso a uma determinada construção do real, às suas repre-sentações pelos diferentes indivíduos, que fizeram suas leituras marcados pelas suas experiências. Usamos um método mais antropológico, dentro do que habitualmente hoje denominamos história cultural.⁹ Interpretava

9 Esse tipo de abordagem encontra-se nos já citados livros de E. P. Thompson. Cf., também, Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978; Char-tier, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Ber-

e desvendava os conteúdos simbólicos. A criminalidade ou o crime em si não foram nossos objetos de estudo. Consideramos o episódio criminoso como uma mediação legítima para estudar os mecanismos de resistência e como muitas vezes os populares expressaram o que achavam injusto ou o que entendiam ser um limite a um determinado tipo de dominação.¹⁰

As concepções esboçadas acima levaram-me a considerar a dinâmica social e a percepção da cultura como uma realidade construída. Dessa maneira, com perspectiva semelhante, usei jornais que permeavam toda a Primeira República ou dois momentos específicos de xenofobia na cidade: para a década de 1890 coligi *O Jacobino*, *O Nacional*, *A Bomba* e *O Estrangeiro*; para o período que se avizinhava da década de 1920, consultei *O Dia*, *O Jornal Português*, as revistas *Braziléa* e *Gil Blás*. Os jornais *O Paiz*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* foram lidos para contrabalançarmos as visões dos periódicos partidários de uma visão contra ou pró-lusitanos.

Os impressos escolhidos tinham diferentes posicionamentos sobre o imigrante português. Tidos como de boa circulação e grande tiragem, os impressos igualmente muito nos auxiliaram na compreensão de questões mais candentes no período. A grande imprensa pouco mencionava o antilusitanismo; veicular esse tipo de notícia seria reconhecer a existência de lutas e tensões sociais e comprometer o eterno discurso pacificador e homogeneizador de consciências de um Estado autoritário.¹¹ Seria também reconhecer que o discurso da irmandade, do qual muitas vezes se lançava mão, era retórico e vazio de sentido.

Alguns jornais e revistas típicos da colônia portuguesa foram encontrados no Real Gabinete Português de Leitura; foram lidos com atenção e sobre eles fiz anotações. Serviram para confirmar a minha ideia inicial de

trand, 1990; Darnton, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1996; Hobsbawn, E. J. "A outra história. Algumas reflexões". In: Krantz, F. *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

10 Reportamo-nos a Thompson, E. P., op. cit., 1975, e *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

11 Usei essa expressão que naquela época, de acordo com Bolivar Lamounier, tinha a noção de Estado autoritário aplicado à chamada República Velha, com sua visão paternalista e autoritária do conflito social. Ver: Lamounier, Bolivar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação". In: Fausto, Boris. *O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978. História da Civilização Brasileira.

que a comunidade, organizada em associações ou em clubes, era constituída de patrícios mais abastados, que, mais do que publicar notícias de Portugal, divulgavam feitos e comemorações diversas dos ilustres da nação portuguesa, quer esses residissem aqui ou em terras transatlânticas.

No fim de quatro anos de pesquisa, em época em que dedicávamos muitos anos ao mestrado, estava finalmente em condições de escrever uma dissertação. “Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)” foi defendida em novembro de 1987, na Pós-Graduação em História da UFF, sob orientação de Robert Wayne Slenes. Esse trabalho foi continuado depois no livro *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República velha*. Neles reconstruí o antilusitanismo, ao tomar por arena privilegiada as ruas da cidade do Rio de Janeiro. As brigas encontradas constituíam-se em batalhas de uma guerra muito maior, a guerra contra os portugueses, a *guerra das ruas*.¹²

A mesma abordagem adotada na análise dos processos foi usada para a leitura e a anotação de jornais. Procurei impressos com diferentes posicionamentos sobre o imigrante português. Para a década de 1890 coligi *O Jacobino*, *O Nacional*, *A Bomba* e *O Estrangeiro*; para o período que se avizinhava da década de 1920, consultei *O Dia*, *O Jornal Português*, as revistas *Braziléa* e *Gil Blás*. Os jornais *O Paiz*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* foram lidos para contrabalançarmos as visões dos periódicos partidários de uma visão contra ou pró-lusitanos. Tidos como de boa circulação e grande tiragem, os impressos igualmente muito nos auxiliaram na compreensão de questões mais candentes no período. A grande imprensa pouco mencionava o antilusitanismo; veicular esse tipo de notícia seria reconhecer a existência de lutas e tensões sociais e comprometer o eterno discurso pacificador e homogeneizador de consciências de um Estado autoritário. Seria também reconhecer que o discurso da irmandade, do qual muitas vezes se lançava mão, era retórico e vazio de sentido.

Alguns jornais e revistas típicos da colônia portuguesa foram encontrados no Real Gabinete Português de Leitura; foram lidos com atenção e sobre eles fiz anotações. Serviram para confirmar a minha ideia inicial de que a comunidade, organizada em associações ou em clubes, era constituída de patrícios mais abastados, que, mais do que publicar notícias de

12 Esse termo era muito usado nos jornais da época pesquisada.

Portugal, divulgavam feitos e comemorações diversas dos ilustres da nação portuguesa, quer esses residissem aqui ou em terras transatlânticas.

Assim, mais do que resolver as perguntas iniciais, o mestrado foi o responsável por abrir um tema de pesquisa muito pouco frequentado na historiografia brasileira e ao qual até hoje me dedico: o estudo da imigração portuguesa, do imigrante português e das relações entre Brasil e Portugal. Fora o artigo de June Hanner, “Jacobinos versus galegos: urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890’s”,¹³ e a tese de doutorado de Anna Maria Pescatello, *Both Ends of the Journey: an Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*,¹⁴ sobre imigração portuguesa havia apenas a dissertação de mestrado de Maria Helena Beozzo, *A missão herdada*,¹⁵ defendida no Museu Nacional, em 1973. A partir de entrevistas feitas com portugueses, Maria Helena abordou a vida dos minhotos de forma muito delimitada, para sublinhar a sua origem camponesa e os aspectos de solidariedade associativa na sua inserção na cidade, que passava por casas regionais, tal como a do Minho.

Pesquisando a bibliografia existente, vi que havia poucos livros, ou obras, sobre a e/imigração portuguesa para o Brasil, alguns bem antigos, como os de Malheiro Dias,¹⁶ Nuno Simões¹⁷ e José de Souza Bettencourt,¹⁸ ou os que ressaltavam o movimento migratório da ex-metrópole para a colônia, tais como os de Fernando Emydio,¹⁹ Carlos Sampaio Garrido,²⁰ Eduar-

13 Hanner, June. “Jacobinos versus galegos: urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890’s”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18 (2), May 1976.

14 Pescatello, Ann Marie. *Both Ends of the Journey: an Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, 1970.

15 Lima, M. Helena Beozzo. *A missão herdada. Um estudo sobre a inserção de imigrantes*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1973 (datilografada)

16 Dias, Carlos Malheiro (Ed.) *História da colonização portuguesa para o Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924.

17 Simões, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa. Notas para um estudo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

18 Bettencourt, José de Souza. *O fenômeno da emigração portuguesa*. Luanda: Instituto de Investigações Científicas de Angola, Departamento de Ciências Humanas, Divisão de Sociologia, 1961.

19 Emydio, Fernando. *Emigração portuguesa*. Lisboa: Typographia Universal, 1917.

20 Garrido, Carlos Sampaio. *Emigração portuguesa*. São Paulo: Júlio Costa e Co., 1920.

do de Souza Ferreira,²¹ Joel Serrão²² e Miriam Halpern Pereira,²³ ou livros laudatórios sobre os portugueses e sua obra dita civilizadora na ex-colônia, como os de Simão Laboreiro.²⁴ Além desses, existiam aqueles que abordavam a imigração de uma forma geral, tais como Fernando Carneiro²⁵ ou Diegues Júnior,²⁶ ou sobre os imigrantes no movimento operário,²⁷ ou sobre imigração italiana, como o de Zuleika Alvim,²⁸ e até japonesa, tal como o de Francisca Isabel Schuring Vieira,²⁹ ambas para São Paulo.

Dessa forma, a minha dissertação, que apresento na Parte I deste livro, *Explorar*, foi pioneira nos estudos históricos sobre imigração portuguesa no Brasil. O tema era muito pouco frequentado porque naturalizava a presença dos portugueses, como se eles não fossem imigrantes. A barreira para se estudar o assunto estava em um argumento central, que depois constatei existir desde o século XIX: a fraternidade entre colonizado e colonizador como um dado; a irmandade que se baseava na língua única, nos costumes, enfim, na origem comum. Não se problema-

-
- 21 Ferreira, Eduardo de. *Origens e formas da imigração*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
 - 22 Serrão, Joel. *A emigração portuguesa*. 4. ed. (1. ed. 1972). Lisboa: Livros Horizonte, 1982. Ou os verbetes sobre emigração em Idem. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965; Idem. *Pequeno Dicionário da História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1987.
 - 23 Pereira, Minam Halpern. *A política portuguesa de imigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
 - 24 Laboreiro, Simão de. *A obra associativa dos portugueses do Brasil; subsídios para a representação da colônia portuguesa do Brasil no duplo centenário de Portugal*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1939; Idem. *Os portugueses no Brasil de 1500 a 1945*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1943.
 - 25 Carneiro, T. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.
 - 26 Diegues Junior, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964. Faculdade Nacional de Filosofia.
 - 27 Além dos livros já citados de Boris Fausto e de Sheldom Maram, na época a perspectiva adotada por Michael Hall era também bastante inovadora. Ver: Hall, Michael M. *Immigration and the Early São Paulo Working Class*. [s.l.], [s.e.], 1975; Idem. "Approaches to immigration history". In: Smith, Peter H.; Graham, Richard (Org.). *New Approaches to Latin American History*. Austin: University of Texas Press, 1974. p. 175-193; Hall, Michael M.; Pinheiro, P. S. "Immigrazione e movimento operario in Brasile". In: Rolo, José Luiz del (Org.) *Lavoratori in Brasile: immigrazione e industrializzazione nello stato di San Paolo*. Milão: Franco Angeli, 1981. p. 35-48.
 - 28 Alvim, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 - 29 Vieira, Francisca Isabel Schuring. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973.

tizavam as relações sociais e étnicas, muito menos se contextualizavam e se estudavam as relações com os outros homens livres pobres no contexto do pós-abolição.

Originalmente, a dissertação foi dividida em duas partes: *explorar e trabalhar*. A primeira abordou as vivências do antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo nos espaços de moradia, lazer e alimentação. Dividi ainda essa primeira parte em dois momentos de antilusitanismo: o dos anos 1890 e o dos anos 1920, ao redor do governo de Epitácio Pessoa. A segunda parte, *trabalhar*, não foi escrita para a defesa porque a dissertação ficou longa demais. Contudo, *trabalhar*, que apresento na Parte II deste livro, foi o tema que abordei na Coleção Tudo é História, a convite de Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp). Essa coleção, publicada pela Editora Brasiliense, teve 10 números comemorativos dos 100 anos de República. Foi assim que, em 1990, saiu o livro nº 129, *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*.³⁰

Tanto a dissertação de mestrado quanto o livro *Mata galegos* foram escritos em momento em que a então chamada República Velha era período muito estudado e conhecido como o momento da *passagem do trabalho escravo para o trabalho livre* e a nova ordem burguesa.³¹ Foram as marcas de uma trajetória pessoal que me levaram à construção da

30 Ribeiro, Gladys Sabina. *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

31 Na década de 1980, muitas foram as análises sobre as transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. Tal foi a monta desses trabalhos que, em conjunto, as universidades UFF, UFRJ, PUC e Uerj e as fundações Casa de Rui Barbosa e Getúlio Vargas criaram a *Revista do Rio de Janeiro*, que circulou entre 1985 e 1986. Posso citar, além dos artigos dessa revista, algumas outras obras que circulavam entre os cursos de pós-graduação no Rio de Janeiro e em particular na UFF: Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Carvalho, Lia Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1886-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1996; Carvalho, Maria Alice de Rezende. *Cidade e fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1993; Costa, Nilson do Rosário. "A questão sanitária e a cidade". Mimeo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984. Seminário Rio Republicano; Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983; Sussekind, Flora. *As revistas do ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986; Neves, Margarida de Souza. "As vitrines do progresso. O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro (Relatório de pesquisa datilografado)". Rio de Janeiro, 1986. Quando escrevi o *Mata galegos*, durante 1988, já faziam sucesso os livros: Chalhoub, Sidney. op. cit. 1986; Esteves, Martha Abreu, op. cit.; Rocha, Oswaldo Porto. *A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro, 1879-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

minha identidade como historiadora e ao estudo do Rio de Janeiro dos fados, dos minhotos e dos alfacinhas. O que foi concebido como um trabalho único de mestrado, *explorar* e *trabalhar*, mas escrito em momentos diferentes, é aqui recomposto em um único livro que trata dos rolos de *cabras* e *pés de chumbo*.